



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

## Sinais internacionais: da utopia ao cosmopolitismo surdo

**Enya Campo Denadai<sup>1</sup>**

*Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes*

**Pedro Henrique Witches<sup>2</sup>**

*Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes*

### RESUMO

Os sinais internacionais têm sido descritos como uma língua de sinais convencionada para o estabelecimento de relações internacionais entre integrantes das comunidades surdas ao redor do mundo. Neste artigo, objetiva-se discutir os sinais internacionais como parte de um dispositivo que oferece condições para a formação de uma subjetividade cosmopolita associada a uma forma de viver a experiência de ser pessoa surda. Para isso, parte-se de um estudo teórico que mobiliza conceitos foucaultianos como dispositivo e subjetivação, bem como conceitos oriundos do campo dos estudos surdos como surdidade e surdotopia, articulando-os a acontecimentos históricos que perpassam os sinais internacionais identificados na produção bibliográfica que menciona essa língua. A partir disso, percebe-se três fases temporais que indicam a emergência desse dispositivo no século XIX, suas tentativas de padronização no decorrer do século XX e, por sua vez, sua popularização nas primeiras décadas do século XXI, com foco no contexto brasileiro. Por fim, argumenta-se que a convenção de uma língua de sinais internacional é marcada por uma intencionalidade surdotópica, que reforça a constituição de um *Surdus mundi*, uma subjetividade surda inscrita em um ideal cosmopolita.

**Palavras-chave:** sinais internacionais; pessoas surdas; subjetivação.

### *International signs: from utopia to deaf cosmopolitanism*

### ABSTRACT

International Sign has been described as a conventionalized sign language intended to establish international relations among members of deaf communities around the world. This article aims to discuss International Sign as part of a device that provides conditions for the formation of a cosmopolitan subjectivity associated with a way of living the experience of being a deaf person. To this end, this study is grounded in a theoretical approach that mobilizes Foucauldian concepts such as device and subjectivation, as well as concepts from deaf studies, such as deafhood and deaftopia, articulating them with historical events related to International Sign as identified in the bibliographic production that addresses this language. From this analysis, three temporal phases can be identified: the emergence of this device in the XIX century, the attempts at standardization throughout the XX century, and the popularization in the first decades of the XXI century, with focus on the Brazilian context. Lastly, the article argues that the convention of an international sign language is marked by a deaftopian intentionality which reinforces the constitution of a *Surdus mundi*, a deaf subjectivity inscribed in a cosmopolitan ideal.

**Keywords:** International Signs; Deaf people; subjectivation.

<sup>1</sup> Licenciada em Língua e Literatura de Língua Inglesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Fernando Ferrari, 514, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Prédio Luísa Lopes, sala 202, Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, Brasil, CEP: 29075-910. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9011-3624>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9899553396691608>. E-mail: [enya.denadai@gmail.com](mailto:enya.denadai@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do Departamento de Línguas Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguísticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Fernando Ferrari, 514, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Prédio Luísa Lopes, sala 202, Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, Brasil, CEP: 29075-910. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0850-2366>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>. E-mail: [pedro.witches@ufes.br](mailto:pedro.witches@ufes.br).

## 1 INTRODUÇÃO

O silêncio é a única via de acesso. Por isso, segundo Silesius, o surdo-mudo está mais próximo que todos os restantes homens vivos da língua perdida do Paraíso. (Steiner, 2002, p. 92)

Em meados do século XVII, Johann Angelus Silesius, médico e sacerdote católico nascido em uma região onde hoje fica a Polônia, propôs uma interpretação teológica sobre Gênesis. De acordo com Steiner (2002), para Sileius, uma única palavra havia sido pronunciada por Deus no princípio do tempo e era essa palavra que continha toda a realidade. Considerado um poeta místico, Silesius estabeleceu que essa palavra cósmica não poderia ser encontrada em qualquer língua falada por vozes humanas, pois a única forma de alcançá-la estaria em um jeito de dizê-la sem fazer som algum. Como qualquer outra pessoa do seu tempo, Silesius talvez desconhecesse o fato de que comunidades diferentes de pessoas surdas também tinham distinções linguísticas e, por isso, sugeriu que os surdos estariam mais próximos dessa língua divina que possibilitou a criação. Recorrendo ao acontecimento bíblico de Babel, contudo, poderíamos dizer que os surdos também não foram poupados de viver a diversidade linguística.

Ainda que algumas pessoas estranhem que as línguas de sinais não sejam uma língua única e universal — sobretudo por não compreenderem que elas são línguas naturais constituídas pela história de interações entre diferentes grupos ao longo do tempo —, os surdos também não ficaram de fora de uma tendência muito popular no século XIX: a invenção de línguas universais. Somente na Europa, nesse período, Eco (2018) aponta para quase 200 projetos de línguas universais cujas intenções eram solucionar o problema da confusão de línguas.

Este artigo trata da historicização de um desses projetos, especificamente aquele que envolveu a convenção de uma língua de sinais que se propunha universal, mais conhecida como sinais internacionais. Recentemente, alguns autores têm optado por identificá-los como língua de sinais internacional. Ao longo de sua história, conforme Kusters (2021), eles já foram chamados de gestuno, gestos internacionais e até *cross-signing*. A partir de Moody (2002), podemos dizer que essa língua convencionalizada tem sido usada por pelo menos 200 anos. Isso significa entender que os sinais internacionais possuem uma história e é a partir dela que desenvolvemos esta discussão.

Assim, o nosso objetivo aqui é discutir os sinais internacionais como parte de um dispositivo que oferece condições para a formação de uma subjetividade associada a uma forma cosmopolita de viver a experiência de ser pessoa surda. Para tanto, partimos de um estudo teórico que mobiliza conceitos foucaultianos como subjetivação e dispositivo, assim como conceitos oriundos do campo dos estudos surdos como surdidade e surdotopia, de modo que possamos articulá-los a acontecimentos históricos registrados na literatura e que envolvem os sinais internacionais.

Portanto, o texto está organizado como segue: após esta breve introdução, articulamos as ferramentas conceituais que possibilitam relacionar o processo de subjetivação por meio do dispositivo a partir da experiência surda. Em seguida, exploramos o que consideramos ser três grandes fases temporais para os sinais internacionais: seus primórdios no século XIX, sua ascensão e padronização no decorrer do século XX e sua popularização no início do século XXI, com foco em sua produtividade no contexto do Brasil nesse período. Por fim, argumentamos que a convenção dos sinais internacionais é marcada por uma intencionalidade surdotópica direcionada ao reforço da constituição do *Surdus mundi*, essa subjetividade surda inscrita em um ideal cosmopolita.

## 2 LÍNGUA COMO DISPOSITIVO PARA SUBJETIVAÇÃO

Nem sempre pessoas surdas foram entendidas como integrantes de uma comunidade ou de um grupo linguístico em particular e, mesmo atualmente, é importante situar a perspectiva pela qual entendemos essas pessoas. Quando fazemos referência a elas neste artigo, não adotamos critérios exclusivamente audiométricos para distinguir um sentido de ser *surdo*. Isso significa entender que, independentemente de níveis de impedimento auditivo, assumimos como pessoa surda quem vive a experiência de ser surdo como algo que perpassa a cultura e, principalmente, a língua. Este é um pressuposto fundamental para quem, como nós, se filia às perspectivas oriundas de um campo que emerge a partir da década de 1970 e ficou conhecido como estudos surdos.

Ao descreverem esse campo com marcas de uma interdisciplina que aborda a formação e as práticas culturais surdas, Bauman e Murray (2016) estabelecem que a emergência dos estudos surdos está associada aos objetivos de preservar, explorar e celebrar a cultura surda, assim como criticar ideologias em torno de uma concepção dominante da surdez. Dentre os conceitos-chave do campo, os autores destacam a

surdidade<sup>3</sup>, termo cunhado por Ladd (2003) para demarcar outra forma de interpretar uma experiência que, no decorrer de sua história, foi descrita quase que exclusivamente por lentes que reduziram a surdez a uma condição limitante, incapacitante e incompleta. Para desenvolver a ideia de surdidade, o autor se sustenta nas semelhanças identitárias, culturais e linguísticas que pessoas surdas compartilham entre si e que possibilitam a formação de uma comunidade transnacional.

Marcas transnacionais associadas a uma forma de vida surda também podem ser pensadas a partir da inscrição da surdez na proposta analítica de matriz de experiência<sup>4</sup> que foi elaborada por Foucault (2006). Isto exige assumir a perspectiva do filósofo francês para compreender a experiência como uma forma histórica de subjetivação, ou seja, como um “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que [...] não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (Foucault, 2006, p. 262). Nessa perspectiva, as práticas, sejam elas discursivas ou não, têm certa importância na constituição de sujeitos.

Ao considerar um conjunto de práticas associadas à educação brasileira de surdos no percurso do século XX — como a formação de professores, a organização de um currículo e as práticas pedagógicas efetivamente —, Witches (2022) argumenta que os empreendimentos que buscavam impulsionar a produção da nacionalidade em pessoas surdas tiveram um efeito contrário: o fortalecimento de uma desterritorialização da surdez que pode ser percebida na constituição de condutas linguísticas surdas que têm características universais. Diante disso, foi possível adotar o binômio em latim *Surdus mundi* para dizer sobre as possibilidades de uma subjetividade surda universal (Witches, 2022).

É interessante compreender que o cosmopolitismo, uma idealização em torno de uma cidadania mundial, não é uma invenção moderna. De acordo com Ribeiro e Torviso Neto (2017), a proposta de entender o mundo como uma cidade universal é uma marca de críticas de filósofos sofistas no período helenístico. Conforme os autores, esse pensamento foi apresentado como uma alternativa a uma concepção tradicional de identificação baseada no pertencimento a um local de origem e era acometido pela crise política nas

---

<sup>3</sup> Tradução lusitana que, mais recentemente, passou a ser utilizada no contexto brasileiro para significar o termo em inglês *deafhood*. No Brasil, Perlin (2003) introduziu a ideia de *deafhood* por meio da expressão *ser surdo*, também muito utilizada no campo.

<sup>4</sup> Para aprofundamento da discussão sobre surdez como matriz de experiência, recomendamos o artigo de Witches e Lopes (2015).

idades-estados da Grécia antiga. Na Modernidade, o ideal cosmopolita foi reinventado como um elemento essencial ao projeto humanista. Uma promessa secular, segundo Popkewitz (2008), era possibilitar com que a nação e seus cidadãos escapassem do peso histórico quando fabricassem um cidadão cosmopolita, realmente universal, convertido em um modelo para o mundo. Como um ideal cuja racionalidade também tem efeitos sobre as pessoas surdas, podemos associar o cosmopolitismo nos modos linguísticos de ser surdo a uma base de pensamento utópico.

A noção de utopia relacionada com uma sociedade imaginária perfeita, harmoniosa, sem injustiça ou desigualdade, emerge no século XVI com a publicação de *Utopia*, livro do filósofo inglês Thomas More. A palavra combina os termos gregos *ou-topos*, nenhum lugar ou lugar inexistente, e *eu-topos*, lugar bom ou lugar ideal, passando a ser entendida como uma forma de crítica social que, ao descrever esse lugar, expõe problemas do mundo. Com base nessa compreensão, Gil (2023) argumenta como, na história social dos surdos, as ideias em torno da criação de um espaço particularmente surdo, uma comunidade intencional de surdos, possibilita compreender uma surdotopia. Para a autora, a surdotopia pode ser conceitualizada como o conjunto de sonhos e projetos para o futuro, assim como receios, que emergem do imaginário e da experiência surda. De acordo com Gil (2023), a surdotopia se manifesta em diversas produções culturais, narrativas cuidadosamente selecionadas e em discursos produzidos por pessoas surdas que usam uma língua de sinais, por quem consome ou produz cultura surda e possui engajamento na comunidade surda.

Na articulação entre conduta linguística, subjetivação e pensamento utópico na direção de construir um ideal cosmopolita, destacamos a tese de Murray (2007) como um trabalho que evidencia o papel dos sinais internacionais nesse processo. Em sua análise de interações transnacionais de surdos estadunidenses no período entre o final do século XIX e o início do século XX, o autor observou que os sinais internacionais têm sido usados como uma língua franca, que mobiliza a surdidade e a traduzibilidade dessa experiência na formação de uma comunidade transfronteiriça.

Nesse sentido, propomos entender os sinais internacionais pela perspectiva da concepção foucaultiana de dispositivo. Por essa lente teórica, um dispositivo constitui a junção de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1995, p. 244). A partir disso, Agamben (2005) sugere que a

linguagem também pode ser entendida como um dispositivo. Desse modo, podemos assumir as línguas de sinais como parte de um dispositivo que mobiliza a produção de uma subjetividade. Isso significa entender que o que é dito e o que é feito sobre essas línguas “possibilita que se capture, oriente, determine, intercepte, modele, controle e assegure os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos sobre [...] surdos” (Witchs, 2021, p. 159). Desse modo, argumentamos que os sinais internacionais também operam como parte de um dispositivo que oferece condições para produzir uma determinada subjetividade idealizada. A formação de saberes sobre os sinais internacionais, a normatividade em torno do seu uso e os modos de interação por meio deles têm possibilitado a conformação de uma comunidade surda nos moldes de como Wrigley (1996) descreveu a surdez: *um país sem território geográfico definido*.

Dessa forma, é necessário compreender que os sinais internacionais têm sido utilizados em diversas situações que possibilitam o encontro entre pessoas surdas de diferentes nacionalidades. Trata-se de uma língua que se materializa em congressos internacionais, em eventos da Federação Mundial de Surdos (*World Federation of the Deaf*, WFD) e até mesmo em reuniões informais como encontros casuais durante viagens, nos quais surdos que sinalizam em diferentes línguas interagem entre si. Na direção de compreendermos sua história, na seção a seguir, exploramos as condições de sua emergência entre os séculos XVIII e XIX.

### 3 UMA LÍNGUA SONHADA PARA UMA NAÇÃO SURDA

Antes de tratarmos especificamente do nascimento dos sinais internacionais, é válido compreender o contexto histórico que oportunizou a entrada dos surdos na atmosfera não apenas de um tempo, mas também de uma forma de vida própria da Modernidade. Nesse sentido, com o Iluminismo da França do século XVIII, segundo Davis (1995), as especulações filosóficas sobre a linguagem e sobre a língua despertaram o interesse de intelectuais para as crianças surdas.

É nesse contexto que as discussões em torno de uma língua universal natural, mobilizadas principalmente por figuras de destaque como Rousseau, Condillac e Diderot, vão ao encontro dos primeiros empreendimentos de escolarização de surdos pela Europa. Para esses filósofos, conforme Moody (2002), as línguas universais criadas por convenção, ao contrário de uma língua universal desenvolvida naturalmente, poderiam distorcer a

realidade ao representar o mundo de forma imperfeita e arbitrária. Assim, a língua de sinais manifestada por crianças surdas começou a ganhar certa notoriedade. Também, nesse mesmo período, vemos a fundação de várias instituições dedicadas à educação de surdos, o que oportunizou o encontro e a convivência entre crianças surdas que não necessariamente tinham uma vivência prévia de coletivo com outros surdos.

Portanto, podemos assumir que a escola de surdos, independentemente de suas origens normalizadoras de base ouvinte, teve um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades surdas ao redor do mundo. A despeito da centralidade da escola e da educação nas pesquisas sobre surdos, Benvenuto e Séguillon (2016) propõem atentarmos para a história dos movimentos surdos. Os autores argumentam que a primeira metade do século XIX é marcada pela emergência de um movimento interpretado como o nascimento de uma *nação surda*. Tal emergência é indicada pela criação da primeira associação de surdos e a realização de encontros internacionais na forma de banquetes que “inauguraram uma etapa política capital na construção do movimento e marcaram o momento em que a língua de sinais abre a possibilidade aos surdos de ocuparem uma outra posição, sem se limitarem a sujeitos a serem instruídos” (Benvenuto; Séguillon, 2016, p. 75).

Esses banquetes parisienses aconteceram anualmente entre 1834 e 1900. Embora fossem realizados com o pretexto de homenagear a figura do abade Charles-Michel de l'Épée, considerado pai dos surdos pelo pioneirismo no desenvolvimento de uma escolarização que considerava a língua de sinais como método, os banquetes se constituíram como espaços que fomentavam ideias políticas de resistência em defesa das línguas de sinais. Partindo dessa conjuntura, Kusters (2021) sugere que esses banquetes — predominantemente formados por uma elite branca e masculina — se tornaram o berço dos sinais internacionais. Para Moody (2002), o desenvolvimento dos sinais internacionais aconteceu aos poucos, no decorrer de cada edição dos banquetes. O autor, portanto, indica que os sinais internacionais começam a ser desenvolvidos por volta de 1850, após 15 anos da realização do primeiro banquete. Desse modo, a partir dos congressos internacionais que focalizaram a educação de surdos e que começaram a acontecer nas últimas décadas do século XIX, os sinais internacionais já estavam convencionados (Moody, 2002).

Nesse caso, destacamos o Primeiro Congresso Internacional para o Melhoramento das Condições dos Cegos e Surdos-Mudos, realizado em Paris no ano de 1879. Nesse evento, de acordo com Rodrigues e Vieira-Machado (2019), deu-se início formal ao debate em torno do método que deveria ser usado no ensino de surdos. Segundo os autores, o

congresso internacional de 1878, em conjunto com o Primeiro Congresso Nacional para o Melhoramento das Condições dos Surdos-Mudos realizado em Lyon no ano seguinte, prepara o forte argumento que privilegia o método oral no evento internacional realizado em Milão em 1880.

Chegando no fim do século XIX, na Seção de Surdos-Mudos do Congresso Internacional pelo Estudo de Questões da Educação e Assistência de Surdos-Mudos, realizado em Paris em 1900, um dos delegados finlandeses, Julius Hirn, propôs a formação de um comitê internacional com o objetivo de padronizar uma língua de sinais internacional. Segundo Moody (2002), a proposta de Hirn era que cada associação de surdos representada no evento formasse um comitê nacional responsável por coletar os sinais usados por sua comunidade surda. Desse modo, o comitê internacional reuniria os dados para conceber um manual de sinais internacionais e criar um alfabeto manual internacional. Tendo o autor dessa ideia falecido em 1910, não foram encontrados registros de publicação desse manual proposto no evento de 1900.

Diante desses elementos destacados até aqui, cabe reforçar como o curso dos acontecimentos entre o século XVIII e o século XIX foi fundamental para o desenvolvimento de um sentimento de pertença a uma comunidade surda com características transnacionais. Da possibilidade de agrupar crianças surdas em instituições escolares — muitas das quais funcionavam em regime de internato e fomentaram relações de amizade e lealdade entre seus alunos, gerando condições para que os surdos passassem a se ver como um coletivo — à mobilização das primeiras reuniões internacionais, primeiro em forma de banquetes supostamente festivos e, posteriormente, como eventos intelectuais que buscam pensar e conceber a educação de surdos como um todo. Nesses encontros entre surdos de diferentes nacionalidades, as línguas de sinais também se encontravam e, conseqüentemente, se fundiram em um amálgama linguístico, possibilitando a emergência dos sinais internacionais.

Com base nesse contexto histórico, podemos afirmar como o ideal de líderes e intelectuais surdos sobre o futuro de uma comunidade sonhada oportunizou o nascimento de uma *nação surda* que, como qualquer outro estado-nacional forjado nos primórdios da Modernidade, precisou eleger uma língua comum e, assim, tornar possível mobilizar o coletivo em função de seus objetivos. Na sequência, demonstramos como essa língua em comum encontra condições para ascender no decorrer do século XX.

## 4 UMA LÍNGUA PADRONIZADA PARA UNIFICAR OS SURDOS

Na primeira metade do século XX, com a educação de surdos ainda bastante impactada pela tendência oralista que se assolou no campo, as línguas de sinais resistiram e permaneceram sinalizadas por surdos que, em diferentes países, ainda mobilizavam ações em prol de suas causas coletivas. Nesse contexto em que se vê a crença na solidariedade internacional entre surdos, em uma cultura surda internacional, Moody (2002) destaca duas organizações que continuaram subsidiando eventos internacionais: o Comitê Internacional de Esportes de Surdos, fundado na França em 1924, e a já mencionada WFD, criada na Itália em 1951.

Os encontros realizados por essas duas organizações mobilizavam, em certa medida, o uso de alguns sinais internacionais. Contudo, a ideia de padronizar uma língua de sinais internacional se torna desejável e é retomada. Assim, no final da década de 1950, a WFD formou uma comissão *ad hoc* de Unificação de Sinais, que contou com a participação de membros italianos, britânicos, russos, americanos e dinamarqueses. Essa comissão tinha, como tarefa, selecionar sinais mais naturalmente espontâneos usados pelos surdos nos países representados pela comissão (Moody, 2002). Esse empreendimento não foi tranquilo, especialmente em função da logística para convocar reuniões. Assim, após 15 anos desde o início dos trabalhos, a Associação Britânica de Surdos, em cooperação com a WFD, publicou o livro *Gestuno: The International Sign Language of the Deaf* em 1975. Segundo Murray (2007), a proposta do nome era justamente enfatizar a referência a uma unidade (-*uno*) em relação à gestualidade (*gest-*).

A noção de universalidade das línguas de sinais foi questionada por Battison e Jordan em dois artigos publicados em 1976. Os autores também argumentam que a criação do gestuno pode ser uma evidência de que os surdos, naquele momento, acreditavam na existência ou na possibilidade de existência da universalidade da língua de sinais (Battison; Jordan, 1976; Jordan; Battison, 1976). Aqui, retomamos a noção de surdotopia (Gil, 2023) para reforçar como a ideia de universalidade linguística fundamenta uma vontade moderna de cosmopolitismo na formação da comunidade internacional de surdos. Esse investimento na padronização do gestuno marca uma postura semelhante a um planejamento linguístico que tem, como domínio, a população surda mundial, sem

delimitação territorial, com a intenção de promover uma unificação desse grupo pela via da homogeneização linguística.

Esse argumento é reforçado por Moody (2002), quando afirma que, entre os séculos XIX e XX, era comum que as línguas de sinais fossem entendidas como uma única língua e, em certa medida, entendemos que pessoas não tão próximas dessas discussões do campo da educação de surdos ou da linguística das línguas de sinais, ainda hoje, podem ter esse entendimento. Vale ressaltar que, quando apontamos essa forma de entender a vontade de unificação do grupo, não estamos, com isso, fazendo uma crítica. É importante situar que as pessoas surdas envolvidas com a mobilização em prol da padronização de uma língua de sinais internacional eram movidas por uma racionalidade próprio do seu tempo. Além disso, a possibilidade de comunicação por um código linguístico comum estava baseada na necessidade de fortalecer uma causa compartilhada pelo povo surdo.

Na esteira de entender como essa questão perpassa essa subjetividade idealmente cosmopolita, o *Surdus mundi* (Witchs, 2022), ressaltamos que, conforme Kusters (2021), o universalismo surdo se baseia na crença em uma conexão entre pessoas surdas do mundo todo. Essa crença, segundo a autora, está fundamentada em uma percepção sobre os modos surdos de ser e sobre suas práticas linguísticas.

A idealização em torno de uma língua unificada, contudo, não teve bons resultados no sentido prático. De acordo com Kusters (2021), as pessoas surdas que se depararam com o gestuno começaram a observar que os sinais selecionados para compor essa língua não possuíam a transparência e iconicidade necessárias para serem compreendidos com facilidade. Isso se mostrou ainda mais evidente depois de um congresso da WFD realizado na Bulgária em 1979. Na ocasião, intérpretes foram contratados e treinados no gestuno, mas os sinais eram empregados com base na ordem sintática do búlgaro. Segundo Moody (2002), além da interpretação não ser feita em uma estrutura de língua de sinais, os intérpretes não recorreram a expressões faciais tão necessárias para a produção de sentidos em línguas de modalidade gestual-visual.

A impopularidade do gestuno para os surdos do mundo todo, para Nilson (2020), fez com que a interpretação nessa língua fosse substituída pela interpretação em sinais internacionais na década de 1980. Assim, em um congresso da WFD realizado na Finlândia em 1987, os sinais internacionais voltam a ser destaque, de modo que o termo gestuno, assim como o que ele significou como um projeto de padronização de uma língua de sinais internacional, passou a ser abandonado.

Com a diminuição da popularização desse termo, outro começou a ser utilizado. Entre o final de 1970 e o início de 1980, algumas pessoas começaram a se referir aos sinais internacionais como *gestos internacionais* (Moody, 2002). De acordo com Kusters (2021), a inquietação em relação ao termo estava na preocupação em entender sobre a existência de uma língua de sinais internacional. Segundo a autora, essa rejeição aos sinais internacionais como língua ocorre por fatores linguísticos e políticos: linguísticos, porque os sinais internacionais também são afetados pelo fenômeno da variação; políticos, porque existe um receio de as línguas de sinais nacionais serem ameaçadas por uma dominação dos sinais internacionais se assumidos como uma língua padrão.

A razão política tem sido evidenciada por alguns autores como Whynot (2016), quando observa que, no curto período entre as duas edições do maior festival internacional de celebração da cultura surda, o *Deaf Way*, realizado em 1989 e em 2002, houve uma queda brusca no número de interpretações em línguas de sinais nacionais presentes: enquanto na primeira edição havia interpretação para pelo menos 12 línguas de sinais, na segunda edição, esse número caiu para três línguas de sinais. Essa situação está relacionada com decisões governamentais que impactam a política de tradução e interpretação, ao não apoiarem a contratação ou o financiamento para que intérpretes de línguas de sinais estejam presentes nesses eventos, especialmente se compreendem que há interpretação para sinais internacionais.

Embora os sinais internacionais possam ser vistos como uma ameaça às línguas de sinais nacionais, entendemos que eles têm um papel fundamental em ocasiões em que a interpretação para uma língua de sinais nacional não é possível. Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas no século XX para que a interpretação em sinais internacionais fosse assegurada nesses eventos. Isso ocorre porque, nesse período, houve a criação de diversas organizações internacionais importantes para os surdos como as que já mencionamos, além do Workshop Internacional de Pesquisadores Surdos, que é um evento acadêmico importante que começou a ser realizado em 1985. Essas organizações não apenas oportunizam um espaço de encontro entre surdos de diversos países, mas também possibilitam a materialização dos sinais internacionais. Em vista de que nem todos as delegações participantes dessas organizações e eventos conseguiam trazer intérpretes para suas respectivas línguas de sinais, em 1981, a Comissão de Comunicação da WFD aprovou uma resolução determinando a presença de intérpretes de sinais internacionais nesses eventos. Mais tarde, em 1987, a Federação também determinou a

presença de intérpretes de sinais internacionais em seus próprios congressos e reuniões (Moody, 2002).

A tradução e a interpretação nesses eventos internacionais se tornam elementos fundamentais para garantir com que o entendimento comum aconteça. No entanto, a padronização do que se convencionou como sinais internacionais se demonstra como um grande desafio, principalmente quando se entende que existe uma variabilidade nesses sinais, podendo ser mais ou menos convencionais (Kusters, 2021). Os sinais considerados mais convencionais são aqueles utilizados nas interpretações de eventos oficiais como, por exemplo, congressos ou conferências da WFD. Já as versões menos convencionais também têm sido chamadas de *cross-signing*, fenômeno que ocorre quando duas pessoas surdas com repertórios linguísticos muito diferentes se comunicam (Kusters, 2021). De acordo com Zeshen (2015), o *cross-signing* pode ser melhor entendido como uma interação dinâmica na qual os interlocutores criam um espaço onde estratégias e estruturas linguísticas são adicionadas para enriquecer a comunicação. Nesse espaço compartilhado, aqueles que participam da interação podem adicionar novos recursos linguísticos e remover aqueles que não funcionam (Zeshan, 2015).

De forma geral, mesmo com o avanço dos estudos linguísticos sobre as línguas de sinais no decorrer do século XX, é possível dizer que não há um consenso acadêmico sobre o que são os sinais internacionais. Alguns já os entenderam como um fenômeno de língua de contato, mais especificamente um *pidgin*, porque, inicialmente, pensava-se que eles apresentavam características encontradas nos *pidgins* de línguas vocais, como limitação de léxico, falta de comunidade fixa, além de não serem utilizados em contextos específicos (Supalla; Webb, 1995 *apud* Kusters, 2021). Com o tempo, percebeu-se que tais características não se aplicavam aos sinais internacionais. Por outro lado, alguns autores questionam se os sinais internacionais não seriam um outro tipo de *pidgin*: um *koiné*. De acordo com Kusters (2021), um *koiné* pode ser entendido como uma língua de contato desenvolvida a partir de variações, dialetos ou outras línguas com estruturas gramaticais parecidas. Ainda segundo a autora, um *koiné* também pode ser entendido como língua franca ou língua padrão. Portanto, os sinais internacionais poderiam ser associados a esse tipo de código linguístico, uma vez que compartilham uma gramática semelhante com outras línguas de sinais, além de poderem ser considerados uma língua padrão entre elas.

Em relação à variação do *cross-signing* especificamente, Bradford, Michaelis, e Zeshan (2020) não os nomeiam como *pidgin*, mas como jargões, entendidos como estratégias instáveis criadas por falantes de línguas diferentes para se comunicarem. No entanto, por conta da variabilidade dos sinais internacionais, Rosenstock e Napier (2015) argumentam ser difícil afirmar suas propriedades linguísticas. Logo, embora hajam casos particulares em que os sinais internacionais possam ser identificados de determinadas formas, as autoras propõem não ser possível se basear em contextos específicos para se referir ao todo, principalmente ao considerar que talvez eles não sejam estáveis o suficiente para serem chamados de língua, *pidgin*, entre outros (Rosenstock; Napier, 2015).

Embora o consenso sobre a definição dos sinais internacionais ainda não tenha sido alcançado no âmbito dos estudos linguísticos, eles têm se mostrado uma forma de comunicação efetiva entre as pessoas surdas que a ela recorrem. Isso fica evidente com a quantidade de eventos internacionais que mobilizaram os sinais internacionais no decorrer do século XX. Nesse aspecto, vale recuperar o argumento de Moody (2002) em relação à existência de uma cultura internacional que fortalece a sobrevivência dos próprios sinais internacionais. Uma vez que eles constituem uma forma de pessoas surdas de nacionalidades diferentes se comunicarem, a ideia de uma cultura surda internacional tem popularizado os sinais internacionais e é sobre isso que trataremos a seguir.

## 5 UMA LÍNGUA QUE EXPANDE O MUNDO SURDO

Até aqui, destacamos como o século XIX evidenciou a emergência dos sinais internacionais pela proximidade entre as comunidades surdas de diferentes nações europeias, motivadas pela reunião política do movimento surdo em uma perspectiva transnacional. Apontamos também que o século XX abarcou o fortalecimento do uso desses sinais na articulação com os inúmeros eventos internacionais realizados por organizações surdas ao redor do mundo que se fortaleceram tanto política quanto linguisticamente. Por sua vez, o século XXI, para Rathmann e Quadros (2022), observa uma intensa popularização dos sinais internacionais a partir do avanço das tecnologias digitais de informação que têm reforçado seu papel como uma língua franca das relações surdas por um mundo cada vez mais globalizado.

Embora o desenvolvimento tecnológico do século XXI tenha facilitado a comunicação e auxiliado a disseminação dos sinais internacionais, convém lembrar que o

uso dessa língua ainda está muito centrado na Europa. Nesse sentido, propomos observar como essa popularização dos sinais internacionais tem acontecido no contexto brasileiro, evidenciando-os como um exemplo. Assim, salientamos como a produção do conhecimento em torno dos sinais internacionais no Brasil é uma reverberação da sua popularização pelo século XXI.

Assim, ressaltamos que, após uma busca pela produção acadêmica em torno dos sinais internacionais realizada através do sistema de buscas do Google Acadêmico, identificamos poucos trabalhos que centralizam os sinais internacionais como objeto de discussão. A partir desse levantamento, destacamos um capítulo de livro (Montero; Ferrero, 2018), um artigo e uma dissertação de mestrado (Granado, 2019; 2019a), uma tese de doutorado (Pinheiro, 2020) e um livro (Rathamann; Quadros, 2022). Esse total de cinco produções localizadas pelo descritor “sinais internacionais” revela o pouco investimento na produção do conhecimento em torno dessa forma de comunicação no Brasil.

Entretanto, sabemos que alguns trabalhos nacionais pioneiros na discussão sobre intérpretes surdos tangenciam a discussão em torno de sinais internacionais. É o caso do artigo de Campello (2014), no qual a autora identifica registros da atuação de intérpretes surdos no Brasil, analisa seu desempenho e descreve elementos linguísticos, culturais e sociais que caracterizam uma norma surda de tradução e interpretação. Na ocasião, a autora se refere aos sinais internacionais como *língua de sinais internacional*, definindo-a como “um sistema de sinais internacionais com o objetivo de melhor entendimento do uso de várias línguas de sinais, para criar uma língua fácil de aprender e de se comunicar” (Campello, 2014, p. 147).

Embora não seja de autoria brasileira, o capítulo de livro escrito pelas pesquisadoras espanholas Báez Montero e Lamas Ferrero (2018) foi publicado em um livro nacional. Nele, as autoras identificam características do processo de tradução e interpretação de textos científicos de línguas de modalidades diferentes, incluindo não apenas a relação entre línguas vocais e os sinais internacionais, como também entre línguas de sinais e sinais internacionais. Por sua vez, o artigo de Granado (2019) se concentra na discussão em torno do que são os sinais internacionais e da formação de intérpretes de sinais internacionais no exterior e no Brasil. Já em sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Granado (2019a) analisou a interpretação intramodal simultânea entre sinais

internacionais e língua brasileira de sinais (Libras) por meio de uma pesquisa participante. De forma semelhante, Pinheiro (2020), na tese que defendeu no mesmo programa de pós-graduação, analisou políticas associadas à tradução e à interpretação intramodal e interlingual da Libras para línguas de sinais nacionais ou para sinais internacionais e vice-versa em conferências nacionais e internacionais interpretadas por profissionais surdos.

Ao contrário dessas produções que exploram os aspectos tradutórios e interpretativos envolvendo os sinais internacionais, o livro produzido por Rathmann e Quadros (2022) se concentra em aspectos sociolinguísticos da língua de sinais internacional, que é como os autores também optam por se referir aos sinais internacionais. Considerando a experiência nacional dos autores, o livro em formato de *v-book* (em sinais internacionais e em inglês) demonstra como os sinais internacionais se situam em relação à língua de sinais alemã e à Libras, ressaltando as diferenças entre Alemanha e Brasil no que tange à evolução desse sistema linguístico.

Quando lançamos um olhar sobre acontecimentos relacionados com os sinais internacionais no Brasil, é possível destacar a oferta de alguns cursos e workshops presenciais voltados à aprendizagem de sinais internacionais, tanto na iniciativa privada, quanto por organizações da sociedade civil como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e a Associação Educacional para Múltipla Deficiência e Surdocegueira (Ahimsa), responsável por grande parte da formação de guia-intérpretes para pessoas surdocegas no país. Além disso, podemos identificar cursos ofertados de forma on-line, como o curso de língua de sinais internacional do *Talk Surdo*. Além disso, destacamos as iniciativas em instituições públicas de ensino, como a disciplina Sinais Internacionais, ofertada na UFSC, e o Grupo de Estudo da Língua de Sinais Internacional, realizado como uma oficina de extensão na Universidade Federal do Espírito Santo em 2023.

Também ressaltamos que, no ano de 2022, a 24ª edição das Surdolimpíadas aconteceu no Brasil, mais especificamente em Caxias do Sul, município do estado do Rio Grande do Sul. Embora não seja um evento voltado especificamente para os sinais internacionais, não se pode negar o fato de que ele se constituiu como um espaço para a comunicação por meio deles. Além dele, podemos ressaltar dois grandes eventos acadêmicos que acontecem tradicionalmente no Brasil e, em suas edições, têm possibilitado a circulação de sinais internacionais. Um deles é o Congresso Internacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Coines), realizado anualmente na cidade

do Rio de Janeiro e que, em 2025, está em sua 24ª edição. Outro abarca dois congressos promovidos pela UFSC bianualmente em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina: trata-se do Congresso Internacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, cuja 9ª edição acontecerá em 2027, pela primeira vez, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; e do Congresso Internacional de Pesquisas em Linguística e Línguas de Sinais, que, em 2026, realizará sua 5ª edição, pela primeira vez em Fortaleza, Ceará. A combinação desses dois eventos que até 2024 aconteciam simultaneamente na UFSC, tem sido identificada como Congressos de Pesquisas em Línguas de Sinais (Copels).

Embora tenhamos destacado a produtividade dos sinais internacionais no Brasil, ressaltamos que discussão sobre eles no país ainda é tímida, tanto no âmbito da produção acadêmico-científica, quanto na oferta de disciplinas, palestras ou eventos associados ao tema. Entendemos que isso é um efeito da circulação internacional no eixo do norte global. Ao observarmos a distribuição das conferências mundiais realizadas pela WFD e das edições da Surdolimpíadas — dois dos eventos mundiais mais frequentados por pessoas surdas —, identificamos a predominância do continente europeu como sede da maioria desses eventos. Nesse *ranking*, África e América do Sul compartilham o último lugar como continentes que hospedaram menos eventos dessas organizações nos últimos anos. Esse resultado se refere a 19 edições já ocorridas do congresso mundial da WFD e a 25 edições das Surdolimpíadas, o que totaliza 44 eventos até o momento. Desses 44, um total de 31, ou seja, 70,5% ocorreram apenas em países da Europa, o que corrobora uma disseminação dos sinais internacionais centrada em algumas regiões, mesmo que a comunicação global tenha se ampliado nas últimas décadas. Ainda, vale ressaltar que, dentre os países de outros continentes que sediaram esses eventos, estão países desenvolvidos como os Estados Unidos, Austrália e Japão, que foram sede dos eventos mais de uma vez. Por outro lado, países em desenvolvimento como o Brasil aparecem raras vezes nessa busca. Essa questão revela uma preferência pela sediação em países de primeiro mundo, o que impede outras nações de terem a oportunidade de mobilizar eventos internacionais que concretizem o uso de sinais internacionais.

Considerando a discussão que desenvolvemos até aqui, afirmamos que a popularização dos sinais internacionais no início do século XXI tem possibilitado a expansão do mundo surdo, aqui entendido não como um mundo propriamente dito, mas como os modos de viver uma subjetividade cosmopolita pelas interações internacionais.

Isso evidencia não apenas a dimensão linguística do *Surdus mundi*, mas também seu caráter político e cultural. A consolidação dos sinais internacionais nas últimas décadas e sua crescente circulação pelo Brasil indica como o dispositivo age na constituição do cosmopolitismo surdo, que ultrapassa fronteiras geográficas e linguísticas. Nesse sentido, essa forma de comunicação, mais do que um recurso comunicativo, se configura como um elemento que materializa uma intencionalidade utópica na direção de construção de uma cidadania global para integrantes da comunidade surda e isso reforça a existência de uma experiência em comum. Na sequência, apresentamos nossas considerações finais sobre a discussão aqui realizada.

## 6 CONCLUSÃO

Neste artigo, buscamos discutir os sinais internacionais como parte de um dispositivo que oferece condições para a emergência de uma subjetividade surda cosmopolita. Para isso, desdobramos elementos que permitiram compreender seu percurso histórico desde os primeiros encontros internacionais de surdos no século XIX, de cunho político, até a popularização dos sinais internacionais principalmente pelo avanço das tecnologias digitais no século XXI, o que possibilitou situar esse sistema não apenas como um fenômeno linguístico, mas como uma prática social e cultural que materializa o pertencimento em uma perspectiva transnacional. Assim, intencionamos inscrever os sinais internacionais em uma grade de inteligibilidade que os colocam como um artefato que conecta a utopia de uma comunidade surda universal à concretude de interações que ultrapassam fronteiras geográficas e linguísticas.

Ao historicizar os momentos de emergência, padronização e expansão dos sinais internacionais, destacamos que eles constituem um efeito de uma racionalidade moderna que se volta à homogeneização linguística e à unificação simbólica de um povo. Ainda que essa intencionalidade evidencie tensionamentos entre universalismo e diversidade, ela também revela uma vontade surdotópica: o desejo de possibilitar um espaço comum para o encontro de diferentes modos de ser surdo. Assim, entendemos que os sinais internacionais formam um campo de disputas e negociações em que acontecem não apenas outras práticas linguísticas, mas também outras formas de produzir sujeitos surdos na contemporaneidade.

Nesse contexto histórico e social em que vivemos, marcado pelos fluxos de uma comunicação cada vez mais acelerada, contínua e globalizada, os sinais internacionais se tornam uma evidência de que a experiência da surdidade não está confinada a um território, mas comporta um modo de existir. Mais do que uma forma de língua de contato, eles podem ser entendidos como um gesto de afirmação identitária que se traduz na vontade de partilhar o mundo. Assim, o cosmopolitismo surdo que se reforça a cada interação em sinais internacionais possibilita um mundo em que o encontro entre línguas de sinais e modos de ser surdo continuem produzindo sentidos de pertencimento.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001; e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) - Edital Fapes nº 03/2023 – Bolsa Pesquisador Capixaba.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Trad. Nicélia Valdati. **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9–16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- BÁEZ MONTERO, I. C.; LAMAS FERREIRO, R. O sistema de sinais internacional no processo de tradução de textos científicos. In: STUMPF, M.; QUADROS, R. (org.). **Estudos da língua brasileira de sinais IV**. Florianópolis: Editora Insular; PGL/UFSC, 2018. p. 165–186.
- BATTISON, R.; JORDAN, I. K. Cross-cultural communication with foreign signers: fact and fancy. **Sign Language Studies**, v. 10, n. 1, p. 53–68, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26203119>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BAUMAN, H-D. L.; MURRAY, J. J. Deaf Studies. In: GERTZ, G.; BOULDREAU, P. (ed.). **The SAGE Deaf Studies Encyclopedia**. Thousand Oaks: SAGE, 2016. p. 272–276.
- BENVENUTO, A.; SÉGUILLON, D. Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834–1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. Trad. Maria Luizete Sobral Carliez. **Moara**, Belém, n. 45, p. 60–78, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i45.3707>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRADFORD, T.; MICHAELIS, S.; ZESHAN, U. Stabilisation of the lexicon in an emerging jargon: the development of signs to express animate referents in a sign language contact situation. In: ZESHAN, U.; WEBSTER, J. (ed.). **Sign Multilingualism**. Berlin; Lancaster: De Gruyter; Ishara Press, 2020. p. 127–170.

CAMPELLO, A. R. Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução/interpretação cultural e seu desafio. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 33, p. 143–167, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2014v1n33p143>. Acesso em: 3 nov. 2025.

DAVIS, L. **Enforcing normalcy**: disability, deafness, and the body. London; New York: Verso, 1995.

ECO, U. **A busca da língua perfeita na cultura europeia**. Trad. Antonio Angonese. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 243–276.

FOUCAULT, M. O retorno da moral. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Ditos e escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 252–263.

GIL, C. Deaftopia: utopian representations and community dreams by sign language peoples. In: BENISON, L. (ed.). **Utopian possibilities**: models, theories, critiques. Porto: U. Porto Press, 2023. p. 183–190.

GRANADO, L. F. G. W. Sinais internacionais e a formação para intérpretes de sinais internacionais. **Belas Infieis**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 211–228, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v8.n1.2019.12984>. Acesso em: 3 nov. 2025.

GRANADO, L. F. G. W. **Identificação de estratégias de interpretação simultânea intramodal – sinais internacionais para Libras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206297>. Acesso em: 20 jan. 2026.

JORDAN, I. K.; BATTISON, R. A referential communication experiment with foreign sign languages. **Sign Language Studies**, v. 10, n. 1, p. 69–80, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26203120>. Acesso em: 20 jan. 2026.

KUSTERS, A. International Sign and American Sign Language as different types of global deaf lingua francas. **Sign Language Studies**, v. 21, n. 4, p. 391–426, 2021. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/799806/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

LADD, P. **Understanding deaf culture**: in search of Deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

MOODY, B. International Sign: A practitioner's perspective. **Journal of Interpretation**, v. 12, p. 1–47, 2002. Disponível em:

<https://cnlse.es/es/recursos/biblioteca/international-sign-practitioners-perspective>.

Acesso em: 20 jan. 2026.

MURRAY, J. J. “**One touch of nature makes the whole world kin**”: the transnational lives of Deaf Americans, 1870–1924. 2007. Tese (Doutorado em História) – University of Iowa, Iowa City, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.17077/etd.z28bwivw>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NILSSON, A.-L. From Gestuno Interpreting to International Sign Interpreting: Improved Accessibility? **Journal of Interpretation**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://digitalcommons.unf.edu/joi/vol28/iss2/6/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

PERLIN, G. T. T. **O ser e estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5880>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PINHEIRO, K. L. **Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil**: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216070>. Acesso em: 20 jan. 2026.

POPKEWITZ, T. S. **El cosmopolitismo y la era de la reforma escolar**: la ciencia, la educación y la construcción de la sociedad mediante la construcción de la infancia. Madrid: Ediciones Morata, S. L., 2008.

RATHMANN, C.; QUADROS, R. M. **International sign language**: sociolinguistics aspects. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2022. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/international-sign-language-sociolinguistic-aspects/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

RIBEIRO, L. F. B.; TORVISO NETO, R. Etnicidade em questão no século IV a.C.: o discurso pan-helênico e o cosmopolitismo cínico-estoico. **Hélade**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28–40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rh.v3i2.10965>. Acesso em: 3 nov. 2025.

RODRIGUES, J. R.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C. Primeiro Congresso Nacional para o Melhoramento das Condições dos Surdos-Mudos – Lyon – 1879. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 23, e93873, 2019. Disponível em:

<http://doi.org/10.1590/2236-3459/93873>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ROSENSTOCK, R.; NAPIER, J. **International sign**: linguistic, usage, and status issues. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.2307/j.ctv2t5xgp9>. Acesso em: 20 jan. 2026.

STEINER, G. **Depois de Babel**: aspectos da linguagem e tradução. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.

WITCHS, P. H. Língua de sinais como dispositivo de inclusão. In: LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. C. (org.). **Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação**: para pensar a educação no século XXI. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 156–163. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.434>. Acesso em: 20 jan. 2026.

WITCHS, P. H. *Surdus mundi*: educação linguística de surdos no século XX. Curitiba: Appris, 2022.

WITCHS, P. H.; LOPES, M. C. Surdez como matriz de experiência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 32–48, 2015. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1287>. Acesso em: 3 nov. 2025.

WRIGLEY, O. **The Politics of Deafness**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 1996.

ZESHAN, U. 2015. “Making meaning”: communication between sign language users without a shared language. **Cognitive Linguistics**, v. 26. n. 2. p. 211–60, 2015. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/cog-2015-0011/html>. Acesso em: 3 nov. 2025.



## Apêndice – Informações sobre o artigo

### Histórico editorial

**Submetido:** 04 de novembro de 2025.

**Aprovado:** 17 de janeiro de 2026.

**Publicado:** 25 de mês de 2026.

### Conflito de interesse

Nada a declarar.

### Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

### Contribuição dos autores

**Resumo/Abstract/Resumen:** Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

### Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

### Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



### Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



### Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

### Editor

Marcus Garcia de Sene

### Publisher

Este artigo foi publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Falange Miúda obteve Qualis B1.

